



O projeto que cria o Programa das Frentes Emergenciais de Trabalho foi elaborado a partir da ótica de que milhares de homens e mulheres enfrentam hoje uma situação insustentável de miséria e fome, com elementos fundamentais da cidadania totalmente deles afastados. Estas pessoas precisam vislumbrar uma esperança. Da condição de cidadãos, passaram à condição de párias, e sabemos que isto, em hipótese alguma se deu ou se dá por opção. São o resultado mais aterrador de uma política econômica nacional insensível, monetarista e excludente. O Programa de Frentes Emergências seria um socorro, uma possibilidade de formação e de abrir a discussão sobre um conjunto de medidas que deve ser implementado para combater esta chaga deste século que finda.

Outro projeto com origem no trabalho desta Subcomissão, amplia o horário de atendimento bancário no Estado e volta o foco do problema para este setor da economia que mais tem crescido e lucrado em meio a esta brutal desigualdade social. Cabe aos banqueiros pagarem também esta conta. Em 1999, 181 bancos somaram um lucro de 3,342 bilhões de reais em um mês (janeiro). Isto é quase o dobro do lucro obtido por estas entidades sugadoras da economia durante todo o ano passado. A ampliação do horário de atendimento dos bancos possibilita a criação de milhares de postos de trabalho Estado, de forma direta e indireta, conforme os estudos apresentados pela Federação dos Bancários e seus sindicatos.

Faz-se necessário também, um aprofundamento e um estudo da legislação estadual, no sentido de que modificações sejam feitas para facilitar a implementação de grupos de desempregados que hoje tentam sobreviver através da economia popular e solidária.

Estudos já divulgados pela imprensa e por esta Subcomissão, especialmente do professor Márcio Pochmann, da Unicamp, apontam para a continuidade do crescimento do desemprego em nosso país no ano de 2001. A desigualdade social, a concentração de renda continuarão aprofundando a fenda cada vez mais abismal, que coloca em uma ilha os poucos que têm muito, cercados pelas águas revoltas da maioria explorada, miserável e escrava do capital.

Então perceberemos a importância do trabalho desta Subcomissão, que várias vezes foi saudada como uma porta de entrada no Legislativo daqueles que não têm voz, daqueles que estão no limite da decência e da dignidade humana, daqueles que lutam e perseguem uma organização social justa, fraterna e igualitária, onde seja proporcionado tudo a todos, conforme suas necessidades e habilidades.

A maior conquista de todos aqueles que estiveram conosco durante os trabalhos da Subcomissão Sobre o Desemprego foi o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Hoje este movimento está constituído, organizando os desempregados em todo o Estado. Em Gravataí, o MTD ocupou uma área de terras e lá estão acampados, reunindo mais de 200 pessoas. Estes homens e mulheres viram na alternativa da luta coletiva, fraterna e conseqüente, uma forma de buscar o seu lugar neste mundo, denunciando as contradições do neoliberalismo e pedindo a outros mais que se somem para a boa luta.

O desemprego vai continuar sendo alvo de nossa atuação, especialmente nesta CCDH, porque o direito ao emprego é um direito fundamental do cidadão. Vamos continuar fazendo com que o Parlamento seja um espaço que discuta alternativas, abrindo cada vez mais o espaço para aprofundamento deste tema que a cada dia ocupa mais as mentes daqueles que verdadeiramente estão voltados para a construção de um projeto que renegue este modelo que nos aprisiona, e inclua a todos os brasileiros e brasileiras."

Movidas pela certeza de que esta dívida já foi paga, voluntários, líderes comunitários, partidários, sindicalistas, religiosos e religiosas toparam o desafio de promover no Brasil uma ampla discussão com o povo excluído, com os trabalhadores e trabalhadoras, com os jovens sobre a necessidade de nos apropriarmos deste tema e exigir um plebiscito oficial, que questione a continuidade dos acordos com o FMI e demais credores brasileiros, que só no primeiro mandato de Fernando Henrique transferiu para o exterior 128 bilhões de dólares. Auditar e conhecer os termos dos acordos da dívida externa e exigir inversão de prioridades é o que exige a maioria do povo brasileiro, para começarmos a repensar o Brasil viável.

Um Brasil viável passa por estas discussões, passando também por uma relação direta do governante com seu povo. Aí ele vai sentir o que seguidamente sentimos quando o desespero do desemprego mostra sua face no chefe de família envergonhado ante os seus, a mãe tendo que explicar aos filhos famélicos a falta de comida, o velho optando pela morte à desonra de ser classificado de improdutivo.

A omissão do governo federal

Além de provocar o desemprego, o governo não estabelece qualquer mecanismo de apoio a este cidadão. Não são os meios formais que sustentam o desempregado, mas o restante da sua família. Se o chefe do domicílio perde o trabalho, quem substitui a sua renda é o cônjuge ou o filho que devem entrar no mercado de trabalho na disputa por uma vaga. Ao ingressarem nessa disputa, pressionam o mercado. Como o mercado tem uma grande oferta de mão-de-obra, isso explode na taxa de desemprego, porque, para alguém estar desempregado, não basta não ter trabalho, precisa estar procurando trabalho.

Pois bem, se temos uma população crescente buscando trabalho, porque tem necessidade de obter renda, e uma capacidade limitada de gerar postos de trabalho, nossas taxas de desemprego irão, evidentemente, crescer. Isso é o que está acontecendo no nosso País.

Não é somente nessa situação que temos motivação para as famílias se jogarem no mercado de trabalho, porque se isso substituir a renda do chefe ou de alguém que tinha responsabilidade familiar e que a perdeu devido à condição de desemprego – chama-se efeito substituição – também gera no mercado de trabalho um outro efeito, tão nefasto e negativo quanto esse, que é o chamado efeito renda.

Quando temos uma concorrência maior de trabalhadores por um posto de trabalho, podemos pensar, do ponto de vista econômico, que temos excesso de oferta de trabalho para um número limitado de postos – quando se aumenta a oferta, o preço do trabalho cai. Também estamos recebendo menos na nossa região, quando trabalhamos. Isso acontece em todas as regiões do País, ou seja, está caindo a renda do trabalhador, está caindo o salário médio. Quando isso acontece, o trabalhador começa a trabalhar mais, para manter a sua cesta básica.

Temos mais gente buscando trabalho, porque alguém da família perdeu o trabalho e também porque a família empobreceu e precisa buscar mais renda. Isso se manifesta de duas formas: outra pessoa buscando trabalho, ou através da extensão da jornada de trabalho daqueles que ainda têm um posto. Portanto, a questão do nosso desemprego está profundamente relacionada com a nossa pobreza e com o empobrecimento da população, porque o mercado de trabalho ainda é o local privilegiado para que possamos discutir a riqueza produzida pela sociedade e a única forma que o trabalhador tem de se apropriar dessa riqueza.

A subcomissão sobre o desemprego da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Durante o ano de 1999, a Subcomissão Sobre o Desemprego trabalhou e acumulou discussão sobre este tema, no sentido de desenvolver os principais eixos propostos para análise do problema do desemprego no Estado, quais sejam, diagnóstico do desemprego, ouvir os agentes envolvidos no tema e apresentar sugestões que possam apontar para um projeto de combate ao desemprego.

Assim, vários economistas foram ouvidos e trouxeram sua contribuição. Os desempregados tiveram voz, pois foram exaustivamente ouvidos e apoiados na sua luta pela sobrevivência. Autoridades diretamente ligadas ao problema também apresentaram seu trabalho e suas propostas e dificuldades. Por fim, construímos em conjunto com estes atores dois projetos de lei que tramitam na Casa.





Essa pessoa chegou ao extremo de dizer que, se não tivesse condições de responder pelas necessidades básicas da família, iria suicidar-se e, cumpriu de fato o que havia dito. Não fez aquela ameaça que muitos suicidas fazem e que não concretizam.

Sabemos que as pessoas que estão mais 'quebradas', mais 'lascadas', são as que são mais solidárias. Percebemos esse sentimento de solidariedade muito mais presente. Acontece que às vezes não se consegue repartir a miséria; não tem de onde tirar.

Vejo essa questão da seguinte forma: ao desemprego chamo de morte da dignidade. A coisa é séria, é grave, pois trata-se de seres humanos. Temos uma sociedade que considera o individualismo acima dos seres humanos. Somos humanos, sentimos, queremos divertir-nos, brincar, rir.

Precisamos pagar passagem para irmos ao colégio, e não tendo emprego fixo não temos como fazer isso. Muitas vezes não podemos recorrer à família, porque nela também há desempregados. Não temos como comprar livros; precisamos fazer o possível e o impossível para conseguirmos estudar e preparar um futuro, porque a juventude não pensa apenas em diversão. Quem trabalha vai ter condições de fazer uma economia pensando no que vem pela frente; quem não está trabalhando, só fica pensando.

Estes trechos de mais de uma centena de depoimentos que colhemos durante todo o ano de 1999, na Subcomissão Sobre o Desemprego da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, são afirmações que continuamente martelam a nossa cabeça. Também as nossas caminhadas pelo nosso Estado invariavelmente nos colocam frente a quadros humanos de desalento, dor, exclusão. Remetem-nos para priscas eras, onde o ser humano convivia com ilhas de desenvolvimento cercados de outros seres humanos escravizados e despossuídos.

Qual a diferença entre este e aquele tempo? O progresso, o consumo, as descobertas tecnológicas. No entanto, o mundo continua sendo uma ilha de seres humanos incluídos no sistema, cercados por um mar de outros seres humanos excluídos.

Esta exclusão assume, neste século novo, contornos assustadores. A convivência com estes dois cenários, tem produzido um endurecimento e uma ausência de indignação. Celebramos as conquistas e tentamos esconder as misérias. Mas não há enchente sem transbordamentos. E vemos transbordar a fome, a violência, a persistência em manter-se vivo diante de um estado de necessidade.

Esta nova forma de colonialismo foi completamente assimilada pelo governo do país. Lucro máximo, estado mínimo.

O Brasil e a América Latina vivem um dramático processo de desemprego ocasionado pela globalização e acentuado pelo desemprego causado pela recessão programada. Programada porque não falta demanda real. A demanda de bens e serviços existe, a população de 166 milhões de brasileiros necessita desses bens e serviços, o que falta é poder aquisitivo para essa demanda real se transformar em demanda efetiva, nome dado pela economia para o poder de compra ou demanda de mercado.

Aplicado na execução da 'lição de casa' passada pelo Fundo Monetário Internacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso continua golpeando duramente a maioria dos brasileiros, retirando-se da função de fomentador da economia. Em 1999, o governo federal gastou apenas 9,46% do orçamento da União para o saneamento, sendo que em 1998, doenças associadas a falta de saneamento básico, encabeçadas pela diarreia, mataram mais de 10.804 pessoas – 53% dessas vítimas eram crianças de até 4 anos de idade. E outras tantas doenças típicas do empobrecimento das nações voltam ao nosso país, dizimando milhares de vidas.

Outra consequência desta opção deliberada pelo genocídio, tão ou mais grave, é a banalização da vida. Sem opção, tendo claro que vai morrer de doença ou de bala, o brasileiro mata por trocados, mata para conseguir os bens que hoje são os símbolos da inclusão. Excluído, busca a inclusão na marra. Temos em todas as regiões do país centros de guerra civil, territórios onde a máxima da globalização 'sobrevive o mais forte, o vencedor', é respeitada de forma literal.

Questionando o sistema

Esta nova forma de colonialismo está permeada de inúmeras contradições. Preocupados em escondê-las, nos questionam sobre as contradições do socialismo. A resposta imediata deve ser aquela que demonstra o grande desastre para humanidade que tem sido o sistemacapitalista.

E nesta perspectiva, buscamos trazer em 2000 a discussão em torno da Dívida Externa. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, capitaneando mais de duas mil entidades, desenvolveu a Campanha do Jubileu 2000, onde o Plebiscito da Dívida Externa mobilizou mais de meio milhão de pessoas no Rio Grande do Sul e mais de 5 milhões de brasileiros e brasileiras em todo o país.

e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) calcula que 1,5 milhão de empregos deixaram de ser criados por causa das 265 milhões de horas extras trabalhadas entre 1985 e 1996. Por isso, sem a limitação das horas extras, o impacto da redução da jornada de trabalho sobre a geração de empregos será muito pequeno;

- a economia solidária: a economia solidária parte da convicção de que é possível organizar a produção em larga escala sem ser pelo molde do grande capital. É preciso oferecer possibilidades de abertura e cooperação às pequenas e microempresas, através da solidariedade entre os produtores. Também é considerada uma estratégia contra o desemprego e a exclusão social, que aproveita para lançar novas formas de organizar a produção com uma lógica contrária à do mercado capitalista;

- reforma agrária: o pontífice Conselho "Justiça e Paz", no documento "Para uma Melhor Distribuição da Terra – O Desafio da Reforma Agrária", alerta para o sentido de urgência ética, de sabedoria política e de justiça social de uma reforma agrária. Pois, no Brasil, ela é uma medida indispensável para enfrentar os problemas sociais imediatos e para promover um desenvolvimento econômico, político, social e cultural centrado na qualidade de vida para todas as pessoas. Como no Brasil há uma grande quantidade de terras disponíveis e muitas famílias dispostas ao trabalho agrícola, é uma saída para o desemprego;

- a microempresa: para alguns estudiosos, a questão do desemprego pode ser resolvida também pelo apoio à microempresa. Herbert de Sousa, o Betinho, defendia esta posição. Em um artigo publicado em junho de 1997, ele afirmava: "a microempresa é uma solução política porque tem a dimensão da possibilidade humana. A prova disso é que de cada 10 empregos criados no Brasil 6 são oriundos do setor. Não se trata de tornar grande a microempresa, mas de fazer milhares por todo o planeta. A grande empresa é um dinossauro com data marcada para morrer. A microempresa é a vida resistindo e renascendo a cada dia. A microempresa é uma solução econômica porque torna viável, a partir de 15 ou 20 pessoas, uma determinada atividade produtiva. É portanto, generalizável. A microempresa é uma solução tecnológica porque é capaz de somar simplicidade com complexidade, por meio de inteligência. E principalmente, por estar ao alcance de cada pessoa que toma a iniciativa e é também uma empresa cidadã. A microempresa é uma solução humana e solidária, porque é o único caminho existente para gerar trabalho, distribuir renda e estancar o crescimento da miséria.

Existem outras possibilidades de geração de emprego:

- A agricultura, principalmente a agricultura familiar;
- as agroindústrias, as pequenas e médias empresas;
- as indústrias de bens de consumo corrente;
- as bionergias: indústrias transformadoras de biomassa;
- atividades ligadas à reciclagem e reutilização de material.

Um caminho prático e de muitos resultados na luta contra o desemprego é a implementação de uma política voltada para o mercado interno. Para isso é fundamental a distribuição de renda, e o salário mínimo é um ponto importante dessa estratégia. A economia passa a ser orientada no sentido de resolver os reais problemas da população brasileira: moradia, alimentação, transporte, saúde, educação e infra-estrutura urbana e rural, como forma de transformar a sociedade e de trazer ao trabalhador e à sua família a dignidade tão desejada."

"A Exclusão Planejada

Padre Roque Grazziotin⁶

"Sem o seu trabalho, um homem não tem honra. E sem a sua honra, se mata, se morre, não dá prá ser feliz."⁷

Uma pessoa, com cerca de 50 anos, que trabalhava em uma empresa de transporte coletivo em Porto Alegre, tinha mais ou menos 16 anos de trabalho. A família consistia dele, da mulher e de mais dois filhos. Ele foi demitido com essa idade e tempo de serviço.

⁶ Deputado estadual do Partido dos Trabalhadores e vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa do RS.

⁷ Gonzaguinha.





trabalhador cooperado, no mercado formal/informal; g) Garantir o regresso com sucesso dos jovens à escola, propiciando-lhes apoio e incentivo na continuidade de sua formação escolar.

O projeto conta com cerca de 600 jovens participantes de diversas localidades da região metropolitana de Porto Alegre. Durante os seis meses de aulas (600 horas-aula), os alunos recebem lanche, vale-transporte, seguro de vida e bolsa auxílio. Cada turma é composta de 30 vagas e os cursos envolvem disciplinas de cidadania e Direitos Humanos, qualificação profissional, reforço à escolaridade e serviço voluntário à comunidade. Os critérios de seleção são a baixa escolaridade, o desemprego, a situação de risco social e o abandono escolar, ida de de 18 anos. O Serviço Civil Voluntário é uma das ações do Programa Planfor Qualificar-RS.

Programa de Crédito Assistido

O Programa de Crédito Assistido, criado pelo governo do Estado para atender a micro e pequenas empresas, cooperativas de trabalhadores, iniciativas econômicas informais, profissionais autônomos e artesãos, oferece linhas de financiamento e assistência técnica para fomentar a atividade produtiva e a geração de emprego e renda. A assistência técnica é disponibilizada em forma de consultoria na elaboração dos projetos, na identificação dos problemas técnico-gerenciais e no encaminhamento de soluções. Este apoio técnico é realizado através de visitas periódicas aos empreendimentos para acompanhamento dos projetos, efetuadas por instituições capacitadas na atividade de assessoramento, como universidades, cooperativas de prestação de serviços técnicos, empresas de consultoria e outras organizações não-governamentais.

Contemplando todas as regiões do Estado, as linhas de crédito do Programa são fáceis de acessar e oferecem condições vantajosas aos investidores."

Garantia de Renda Mínima

Já o governo federal tem apresentado, como alternativa para combater a pobreza, o programa de Garantia de Renda Mínima, a fim de atender 20% dos municípios mais pobres de cada Estado. O programa é dirigido a famílias, com renda mensal per capita inferior a 65 reais e que tenham crianças, de sete a 14 anos, matriculadas na escola. O valor médio pago é de 35 reais e 60 centavos. Segundo os senadores e deputados da Comissão Mista de Combate a Pobreza, que criticam o volume de recursos destinado pela União para o Renda Mínima, valor considerado insuficiente, o programa não atinge nem 3% dos 10,3 milhões de famílias que poderiam ser beneficiadas.

Alternativas para geração de empregos

Existem outros caminhos alternativos, propostos por vários setores da economia, como opção para geração de mais empregos, como:

- A redução da jornada de trabalho: este caminho está se tornando a grande bandeira do movimento sindical em todo o mundo. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) propõe a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem diminuir o salário. A jornada semanal atual é de 44 horas. Se passar para 40 horas, pode criar três milhões e 600 mil novos empregos. A CUT propõe, ainda, dar novos passos na diminuição da jornada de trabalho: chegar a 38 horas no ano de 2000, a 36 em 2003 e a 32 horas semanais no ano de 2008. A Força Sindical propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 30 horas, com diminuição de 10% nos salários e no lucro líquido das empresas, e de 37,3% nos impostos;

- a redução ou fim das horas extras: desde 1988, quando a Constituição reduziu a jornada de trabalho para 44 horas, cresceu muito o número de trabalhadores que fazem horas e extras. O Departamento Intersindical de Estatística

Planfor/Qualificar-RS

O Planfor/Qualificar-RS é um programa de educação profissional que busca desenvolver, no trabalhador, habilidades da rotina ocupacional, do processo e organização do trabalho e da contextualização da sua cidadania. No Rio Grande do Sul, a execução do programa está amparada legalmente através de convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o governo do Estado, sob a gestão da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS). As normas para a sua realização são emanadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e os recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O público alvo a quem se destinam as ações de qualificação profissional são, preferencialmente, os trabalhadores desocupados ou em risco de desocupação com maior vulnerabilidade social e econômica. Entre estes é dispensada especial atenção aos mais pobres, com menor escolaridade, mulheres chefes de família, jovens, pessoas de etnia afro-brasileira e indígena e portadores de necessidades especiais. O Programa tem abrangência estadual e atinge as zonas urbanas e rurais.

A identificação e construção das necessidades de ações de qualificação profissional devem estar diretamente relacionadas com as vocações regionais e locais e com o Projeto de Desenvolvimento do Governo do Estado. Participam desta construção vários setores representados nas Comissões Municipais de Emprego e outros segmentos sociais por elas articulados. Em última instância, no âmbito estadual, o conjunto das demandas identificadas nos municípios passam pela análise e aprovação da Comissão Tripartite e Paritária de Emprego, a qual referenda as necessidades do Estado do Rio Grande do Sul junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Serviço Civil Voluntário

No Brasil, o serviço militar obrigatório é um importante mecanismo para formação da cidadania, funcionando, na prática, como um 'rito de passagem' dos jovens à maioridade. No entanto, tem alcance limitado a jovens do sexo masculino, rigorosamente selecionados com base em aptidões físicas e intelectuais, entre outros aspectos.

A proposta de um Serviço Civil Voluntário (SCV) tem como ponto de partida a preocupação de abrir alternativas para o universo dos jovens de 18 anos e dos jovens dispensados do serviço militar obrigatório. O SCV, portanto, é concebido como um rito de passagem à maioridade, com ênfase em dois aspectos: a preparação do/a jovem para o trabalho e para cidadania, entendida como participação social solidária em uma sociedade democrática. As ações de inserção dos jovens passam por dois momentos importantes:

1º - pela escola, com a elevação dos índices de escolaridade, garantindo não só o acesso, mas a permanência com sucesso na escola;

2º - pela qualificação profissional e, conseqüentemente, encaminhamento ao trabalho.

Chama a atenção, no entanto, que a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho implica em um processo de marginalização que, muitas vezes, empurra os indivíduos ao consumo de drogas e à marginalidade devido à falta de perspectivas em relação ao futuro. Neste sentido, torna-se necessário enfatizar políticas públicas voltadas à inserção dos jovens no mercado de trabalho que passam, necessariamente, pela elevação dos níveis de escolaridade dessa camada da população.

Face ao aumento da população juvenil, é urgente a criação de programas de aceleração do processo educacional e de qualificação profissional, visto que os cenários da economia globalizada apontam uma crescente redução de emprego formal e sem falar no desemprego que deflagra altos índices.

Como objetivos do programa, podemos enumerar: a) Desencadear um processo de reflexão sobre valores, destacando o valor à vida como sendo o primordial, valor do qual todos os outros valores e direitos são decorrentes; b) Proporcionar o conhecimento da legislação brasileira, confrontada com a vivência dos jovens, a fim de que esses se reconheçam enquanto cidadãos construtores da história, cultura e sociedade; c) Garantir aos jovens conhecimentos intrinsecamente conectados, a fim de que estes estabeleçam vinculações com seu cotidiano e compreendam essa relação; d) Motivar a participação cidadã e a prática solidária de cada jovem em sua família e comunidade, com vistas à inserção; e) Desenvolver uma proposta de trabalho educativo que permita ao jovem enfrentar e vencer desafios impostos pelo mundo do trabalho; f) Orientar e apoiar os jovens para uma efetiva inserção produtiva como





Taxa de desemprego total na região metropolitana de Porto Alegre - 1993 a 1999

Períodos	Participação Pêl/VPL	Desemprego total	População total*
1993	53,8	12,2	3.151
1994	51,4	11,3	3.200
1995	50,6	10,7	3.272
1996	54,6	13,1	3.342
1997	51,8	13,4	3.412
1998	56,7	15,9	3.491
1999	58,1	19,0	3.576

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE. * Estimativa em 1.000 pessoas, elaborada pelo núcleo de sistematização de indicadores da FEE.

Taxa de desemprego por atributo pessoal na região metropolitana de Porto Alegre - 1993 a 1999

Períodos	Total	Sexo		Idade				Cin	
		Homens	Mulheres	10-17 anos	18-24 anos	25-39 anos	40 anos e mais	Branca	Não Branca
1993	12,2	10,7	14,3	32,3	19,1	9,7	6,1	11,5	16,7
1994	11,3	10,0	13,2	36,2	17,5	9,8	5,1	10,6	15,9
1995	10,7	9,2	12,9	31,2	17,1	8,8	5,1	10,3	13,4
1996	13,1	12,1	14,1	31,3	21,0	11,1	7,1	12,5	17,5
1997	13,4	12,1	15,1	35,3	21,8	11,5	8,0	12,7	17,9
1998	15,9	13,7	18,6	44,5	24,1	11,7	9,4	15,7	20,7
1999	19,0	16,7	21,9	51,4	28,1	15,6	12,2	18,1	25,8

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Qualificação da gestão

A criação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda visa articular, integrar e descentralizar as políticas públicas da área trabalho da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), sendo viabilizado por meio da seguinte estrutura:

- Centros Regionais de Trabalho e Renda, que objetivam, com a criação de um espaço físico único, facilitar ao cidadão o acesso a vários programas estaduais, como projetos de emprego e renda e de desenvolvimento econômico e social. Os Centros, ampliando a abrangência do Sistema Público, visam promover a regionalização dos programas de governo. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Nelas a comunidade contará com serviços como o programa Primeiro Emprego, Qualificar-RS, Rede de Cidadania, Programa de Artesanato Gaúcho, Intermediação de Emprego, Centro do Trabalhador Autônomo, Programa Universidade do Trabalhador e Seguro-Desemprego;

- Coordenações Regionais de Trabalho e Renda, instaladas em 23 regiões do Estado;

- Casas do Trabalhador;

- Unidades de Atendimento ao Trabalhador, que desenvolvem, em 101 municípios gaúchos, atividades do Sine/RS, oferecendo, principalmente, o serviço de intermediação de mão-de-obra, orientação/ encaminhamento do Seguro-Desemprego e emissão de carteiras de trabalho.

Políticas de geração de emprego e renda

O governo do Estado lançou o programa Primeiro Emprego, que deverá gerar 100 mil postos de trabalho, para a faixa etária de 16 a 24 anos, sem experiência no mercado de trabalho, mas com vínculo escolar. O Estado pagará os salários, de até 250 reais, nos primeiros seis meses. O investimento será de 150 milhões de reais, num período de quatro anos. Os recursos são do governo do Estado e do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Atualmente existem 130 mil jovens desempregados na região Metropolitana de Porto Alegre, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A CCDH recebeu, em resposta ao ofício nº 017/RA/2000, o relatório dos programas desenvolvidos pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS), do governo do Estado. A seguir, transcrevemos parte do material recebido.

“Trabalho e sindicato

A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, através da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, opera os postos do Sistema Nacional de Empregos (Sine), um instrumento fundamental na estruturação de políticas públicas de emprego e alternativas de geração de trabalho e renda.

Visando a ampliação da inserção e abrangência do sistema público de emprego, trabalhamos na construção de Agências Regionais de Desenvolvimento de Trabalho e Renda, sendo a sua implantação baseada na realidade local, no porte demográfico e econômico, buscando dinamizar as potencialidades regionais.

Nos postos do Sine no Rio Grande do Sul (Sine/RS), trabalhamos com cinco diretrizes básicas de políticas de emprego: Intermediação de Mão-de-Obra, Seguro Desemprego, Qualificação Profissional, Geração de Renda e Informações sobre o mercado de trabalho.

As Agências Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda têm o caráter de articular as políticas públicas de emprego, aprofundando programas de geração de renda, sinalizadas na ótica da economia popular e solidária. Os equipamentos e serviços oferecidos para estimular e assegurar o emprego, são os seguintes:

- Observatório do Mercado de Trabalho;
- Incubadora Popular e Solidária e Incubadora de Atividades Cooperativadas;
- Extensão Empresarial;
- Intermediação de Mão-de-Obra;
- Seguro Desemprego;
- Centro do Trabalhador Autônomo (CTA);
- Confecção de Carteira de Trabalho;
- Programa de Geração de Renda (Proger);
- Comercialização de Artesanato (aproveitar as aptidões dos artesãos, dentro da cultura regional, facilitando a qualificação e a comercialização do artesanato gaúcho);
- Convênio com Universidades para Formação e Acompanhamento Técnico;
- Programa de Qualificação Profissional;
- Programa Primeiro Emprego.





A Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998, assegura que: a idade mínima para o trabalho é de 16 anos; a aprendizagem pode se dar a partir dos 14 anos e trabalhos insalubres e perigosos, a partir dos 18 anos. O dispositivo jurídico, garante e ampara às crianças e adolescentes, os direitos sonhados e conquistados pelas entidades de defesa e proteção, na luta que travaram, há três décadas, e que culminou com a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com a revisão da Convenção 138 da OIT, o Brasil, assim como outras nações do mundo, tendem para a ratificação desta Convenção, que delimita a idade mínima para o trabalho em 15 anos. O Fórum Estadual discute e pretende erradicar o trabalho que explore crianças e adolescentes, o trabalho escravo, a exploração sexual, o trabalho que comprometa o desenvolvimento físico, social, moral, emocional ou cognitivo, o trabalho que crie situações de risco pessoal e social para crianças e adolescentes, o trabalho que retire, precocemente, a criança dos seus espaços pedagógicos mais legítimos, o trabalho que dificulte a permanência na escola, o trabalho que desrespeite, viole ou negue os direitos garantidos pelo ECA e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O Fórum também reafirma, que a Emenda Constitucional nº 20 deve continuar em vigor, para evitar o retrocesso da lei em nosso país, colocando em risco direitos constitucionais garantidos.

O desemprego como forma de exclusão social

Mesmo com a ciranda dos índices de emprego e desemprego, subindo e descendo mês a mês, a situação do trabalhador brasileiro não muda. No ano de 1999, a média de desempregados ficou em 21,9% na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Isso significa que: 20% da população da região está sem emprego e não tem como sustentar-se.

Estimativa da população ocupada, por setor de atividades – jul/99, jun/00 e jul/00

Setores	Estimativas (em 1.000 pessoas)			Variações absolutas (em 1.000 pessoas)			
	Jul/99	Jun/00	Jul/00	Jun/00	Jul/00	Jun/99	Jul/00
Total	1.719	1.183	1.389	16		80	
Indústria	204	276	283	7		89	
Comércio	270	213	190	3		10	
Serviço	429	305	704	9		47	
Outros	186	189	192	3		6	

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, Seade/SP, DIEESE e PMPA.

Taxa de desemprego total em seis regiões metropolitanas

Regiões Metropolitanas	Taxas de desemprego total		
	Jul/99	Jun/00	Jul/00
Distrito Federal	21	*	-
Belo Horizonte	18,9	19,2	-
Recife	22,2	21,1	-
São Paulo	20,1	18,6	-
Salvador	29,3	27,2	-
Porto Alegre	19,4	17,8	16,8

Fonte: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, Seade/SP, DIEESE e PMPA.

Tribunal reconheceu que o número de crianças entregues à exploração, muitas vezes bárbara, e sempre brutal e desumana, chegava a 200 milhões no mundo. Três anos depois, segundo as previsões, já chegam a 300 milhões as crianças que trabalham no mundo.

O Fórum Estadual em Defesa das Convenções da OIT esclarece que a primeira Convenção, de 138, proibia e abolia o trabalho infantil. A nova Convenção aprovada tem como objetivo flexibilizar a norma que proibia o trabalho infantil, tornando-a apenas uma recomendação.

É um fato que, em todos os países e todos os continentes, o trabalho infantil cresce e se desenvolve na esteira dos planos de ajuste estrutural e de desregulamentação. Em todos os países em que as lutas operárias e democráticas tinham-no feito recuar, o trabalho infantil hoje reaparece, favorecido pelas diretivas das instituições internacionais as quais se dobram todos os governos.

Contra a exploração do trabalho infantil

O Projeto de Lei nº 89/99, da deputada Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, encaminhado no dia 28 de abril de 1999 à Assembléia Legislativa, cria um mecanismo de penalização e desestímulo, através de lei, a práticas empresariais que claramente entrem em confronto com os princípios de proteção à infância, presentes na Constituição Federal e regulamenta dos pelos Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O projeto "obriga as empresas que desejam beneficiar-se do artigo 141 da Constituição Estadual, a declararem e a comprometerem-se a não explorar o trabalho infantil (considerando a cadeia produtiva) e, em caso de comprovada a exploração, ficam sujeitas a perda dos benefícios". O artigo 141 regula a concessão de anistias, remissão, isenção, benefícios e incentivos fiscais, bem como a dilação de prazos de pagamento de tributo. Neste caso, as empresas não poderão empregar em seu quadro funcional menores de 18 anos, a não ser na condição de aprendiz, havendo a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre. O Projeto de Lei nº 89/99 está com o deputado Luiz Augusto Lara para parecer desde 23 de fevereiro de 2000.

Em defesa da Convenção 138 da OIT

No dia 1º de setembro de 1999, a CCDH realizou Audiência Pública, com a presença de segmentos interessados em discutir as convenções 103 e 138, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a aprovação da Convenção 182, que propõe o combate apenas às piores formas trabalho infantil, aprovada na 87ª reunião da OIT. O deputado estadual Renato Simões (PT/SP), presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, falou nessa Audiência, lamentando que o Brasil ainda não tenha assinado a Convenção 138 da OIT, que determina o fim do trabalho infantil. A deputada Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, assumiu, em nome da Comissão, a continuidade desta caminhada, articulando reuniões com organizações governamentais e não-governamentais, para fortalecer o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente. Estes encontros serão preparatórios para o Fórum dos Estados em Defesa da Criança, promovido pela OIT.

O Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente, foi criado por vários segmentos da sociedade gaúcha, com a preocupação de prevenir e discutir o trabalho infantil, que ocorre em grande escala no Brasil, bem como a proteção ao trabalho do adolescente, quanto a idade mínima para iniciar no trabalho.





O novo texto traz alguns avanços como:

- Aumento de 12 para 14 semanas para a licença-maternidade e, na recomendação, passou de 16 para 18 semanas. No Brasil já é de 17 semanas;
- garantias para que a mulher possa recuperar seu cargo ou similar após a licença-maternidade;
- proibição da discriminação e da realização do teste de gravidez na contratação (exceto em algumas circunstâncias bem definidas);
- melhoria nas condições para a amamentação, quando do retorno ao trabalho.

Pela nova Convenção, número 183, as trabalhadoras brasileiras tiveram perdas significativas, pois o patrão pode demitir uma trabalhadora durante o período de licença maternidade, desde que as causas desta demissão não estejam relacionadas com a maternidade.

O Fórum Estadual em Defesa das Convenções da OIT, do qual a CCDH faz parte, em seu boletim informativo nº 2 ano 2000, faz um relato da 88ª Reunião da OIT e, também, um alerta:

"Hoje, todos os direitos estão ameaçados pela política de desregulamentação que visa diminuir os direitos já conquistados pelos trabalhadores do mundo inteiro nos seus séculos de luta.

A nova Convenção é apenas uma das iniciativas que tem como intenção precarizar as condições das trabalhadoras, desconsiderando direitos já consagrados. Esta política faz parte do neoliberalismo e o que se demonstrou em Genebra é apenas o começo. O banco de horas, as privatizações, os salários regionais. São exemplos desta tentativa de desregulamentação. (...)

Nenhum país está obrigado a ratificar a nova Convenção, mas como o voto do Brasil foi a favor da revisão, entendemos isso como um sinalizador de suas intenções, além do mais, nos primeiros dias de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou contra a concessão de licença maternidade para mães adotivas. Soma-se a isto o fato que hoje o governo brasileiro quer desregulamentar todo o artigo 7º da Constituição Brasileira, tentando jogar para negociação entre as partes 'patrão-empregado' o conjunto de direitos dos trabalhadores. E entre estes está a licença maternidade. Tudo isso nos dá idéia da intenção do governo sobre o assunto."

O Brasil é signatário dessa Convenção, que tem força regulamentadora e de Lei nos países membros, e só adotou este benefício, nos termos atuais, a partir da Constituição Federal de 1988. No momento, a movimentação dos segmentos da sociedade civil é para que o Brasil não ratifique a modificação, pois trará grandes prejuízos e perdas dos direitos já conquistados pelos trabalhadores brasileiros.

Em junho de 1999, a reunião anual da OIT, organismo vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), anunciou a intenção de revisão da Convenção 103, que trata da proteção à maternidade. Essa revisão, se adotada, restringirá os direitos das mulheres trabalhadoras.

Convenção 138 sobre o trabalho infantil

Na 87ª Reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em junho de 1999, foi aprovada uma nova Convenção sobre o trabalho infantil, de número 182 (antes denominada Convenção 138), que se propõe a combater apenas "as piores formas de trabalho infantil". A Convenção, porém, não especifica, quais as "piores formas", deixando subentendido que são: tráfico de drogas, trabalho escravo e prostituição. Mas tráfico de drogas, trabalho escravo e prostituição são tipificados como crime e não podem ser consideradas como formas de trabalho. Antes, a redação da Convenção 138 proibia o trabalho infantil, sem nenhuma exceção.

Após a 87ª Reunião da OIT, foi realizada a segunda seção do Tribunal Internacional Independente contra o Trabalho Infantil, para discutir e defender Convenção 138. Em 1996, no México, por ocasião da primeira sessão, o

protegida. A Marcha de Mulheres indica a necessidade de transformações estruturais na sociedade; o combate à violência e à discriminação, intensificadas pelo caráter explorador das políticas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial e a colocação das mulheres como protagonistas de um movimento emancipatório de toda a humanidade.

Em junho próximo de 2000, novamente em Genebra, foi realizada a 88ª Conferência da OIT. A mobilização contra a revisão conservadora da Convenção 103 está tomando corpo em todo o mundo. Um abaixo assinado está acompanhando as mobilizações em todo o planeta para impedir esse retrocesso. Aqui no Brasil, estamos somando esforços a essa iniciativa para levar o máximo de assinaturas às representações internacionais que estarão na Conferência.

Os direitos das mulheres são parte inseparável dos Direitos Humanos e a proteção à maternidade um compromisso do humanismo radical e socialista que defendemos.

Convenção 103 sobre licença maternidade

A 88ª reunião anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra, de 1º a 15 de junho de 2000, discutiu a “flexibilização” da Convenção 103, no sentido de rever os direitos da mulher quanto à licença maternidade.

A Constituição Federal brasileira, em seu art. 7º, inciso XVIII, institui o direito à licença maternidade à mulher gestante, pelo período de 120 dias (17 semanas). A Convenção de proteção à maternidade, Convenção da OIT, datada de 1919, incluiu o direito à licença maternidade (seis semanas antes e seis semanas depois do parto), o direito a benefícios médicos pagos, a proibição de demissão da gestante ou lactante e pausas para a amamentação. Revisada em 1952, ganhou o número 103 e uma Recomendação, de número 95.

As convenções, quando ratificadas pelos países, se tornam compromissos, sendo implementados em legislações nacionais, podendo o país ter uma legislação mais avançada, ou seja, que vai além do mínimo estabelecido pela Convenção. Recomendações são instrumentos opcionais, para servir como guia. Desde 1999, organizações de trabalhadores, organizações não-governamentais, movimentos de mulheres e entidades da sociedade civil brasileiras, estiveram mobilizadas para discutir a revisão da Convenção 103 da OIT, no sentido de não perder as garantias já conquistadas com a Constituição de 1988. O objetivo dos empregadores é tornar a Convenção “mais flexível”, pois esta proibia a demissão de mulheres trabalhadoras durante a gravidez e após o parto.

O Fórum Estadual em Defesa da Convenção da OIT, solicitou à CCDH uma Audiência Pública para discutir a revisão da Convenção 103. Na Audiência, realizada no dia 31 de maio de 2000, foi elaborado um documento em defesa da manutenção da Convenção 103, para ser enviado ao Presidente da República e à comissão de delegados que foram a Genebra, junto com o abaixo assinado contendo 54 mil assinaturas contra a revisão da Convenção 103 da OIT.

Resultados da 88ª Reunião da OIT

O texto que revisa a Convenção 103 da OIT, de 1955, obteve 304 votos a favor, 22 contra e 116 abstenções. Delegados que representavam as organizações sindicais e patronais, assim como os governos dos 175 Estados membros da OIT, chegaram ao acordo para reforçar a proteção das mulheres grávidas, apesar da oposição de alguns Estados e empregadores. Sete governos latino-americanos votaram contra: Argentina, Chile, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Uruguai. Muitos representantes de empregadores se abstiveram de votar no final. Quase todos os delegados votaram a favor.



A Organização Internacional do Trabalho



A Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919, codificou 176 Convenções, baseadas nas conquistas obtidas pela luta do movimento operário, desde o século passado. Estas convenções estabelecem um parâmetro para os direitos trabalhistas em todo o mundo. Em todos os continentes, elas serviram como base da legislação nacional e dos códigos de trabalho. Desde a sua fundação, estabelece claramente que “a não adoção de um regime de trabalho verdadeiramente humano, por uma nação qualquer, obstaculiza os esforços de outras nações que desejam melhorar as condições dos trabalhadores de seu próprio país.”

Assim, nas discussões sobre as convenções da OIT, os países dependem, na votação, uns dos outros. Os países que têm melhores condições de trabalho podem cooperar, com seu voto, para que outros possam chegar ao mesmo patamar de direitos trabalhistas no mundo.

Proteção à maternidade

Maria do Rosário⁵

Em junho de 1999, a reunião anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), organismo vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), anunciou a intenção de revisão da Convenção 103, que trata da proteção à maternidade. Essa revisão, se adotada, restringirá direitos das mulheres trabalhadoras.

As convenções da OIT são instrumentos com valor jurídico internacional para seus signatários, obrigando-os à tomada de determinadas medidas. A Convenção 103, ratificada pelo Brasil em 1965, dá o direito à licença maternidade de, pelo menos, 12 semanas, sendo que, pelo menos seis semanas da licença serão usufruídas após o parto por todas as trabalhadoras. Ao mesmo tempo, garante o direito das mulheres ao emprego, durante o tempo em que gozarem da licença-maternidade.

Todos esses direitos, que envolvem, também, o direito das crianças, podem ser “flexibilizados”, que é a palavra da moda para substituir o termo “suprimidos”. A proposta de nova Convenção, que tramita na OIT, remete para as legislações nacionais o tempo de licença-maternidade. Isso levará a uma diminuição desse período. A nova proposta permite, também, a demissão das mulheres no período de licença, desde que sejam alegados motivos não relacionados à gravidez. Esse dispositivo fará com que os patrões aleguem quaisquer motivos para demitirem as trabalhadoras. Além de tudo isso, a nova Convenção proposta não exige, como a atual, acompanhamento médico qualificado, feito por profissionais reconhecidos, às gestantes e parturientes.

Trata-se de uma revisão que recua em direitos que sequer estão em pleno gozo em todos os países do mundo. Ao jogar, em grande parte dos casos, para a legislação de cada país, a definição de extensão dos direitos da mulher trabalhadora, levará a um nivelamento “por baixo” desses direitos. Portanto, não será mais a necessidade de proteção à maternidade que estará definindo os direitos, mas os interesses patrimoniais. A revisão proposta é uma ameaça aos direitos das mulheres e crianças e um retrocesso em termos de normativas para os Direitos Humanos.

No último 8 de março, as mulheres mobilizaram-se em todo o mundo em torno da Marcha Mundial de Mulheres e da reafirmação de bandeiras históricas e sempre atuais do movimento feminista, entre eles a maternidade

⁵Deputada estadual do Partido dos Trabalhadores e presidenta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa do RS.

Discriminação contra líder sindical

demitido,
mesmo
tendo, como
dirigente
sindical ...

No dia 20 de julho de 1999, o senhor P.R. procurou a CCDH para denunciar a discriminação da qual foi vítima. P.R. era funcionário da Companhia Riograndensed e Telecomunicação (CRT) há 20 anos. Como diretor do Sindicato dos Telefônicos (Sinttel), fez uma manifestação em uma rádio de Santana do Livramento, cidade onde está lotado, quando criticou a política de atendimento aos usuários e funcionários, adotada pela CRT. O denunciante falou sobre o corte nos investimentos da empresa, sobre a terceirização abusiva, as demissões em massa, o aumento das tarifas e a não entrega dos telefones. Por esta manifestação, P.R. foi demitido, mesmo tendo, como dirigente sindical, estabilidade no emprego. P.R. ingressou na Justiça com uma reclamatória trabalhista com pedido de reintegração em seu emprego.

A CCDH realizou Audiência Pública, no dia 23 de junho de 1999, para discutir e averiguar as arbitrariedades denunciadas: demissões de funcionários por declarações feitas com relação à empresa; tarifas e taxas cobradas indevidamente dos usuários; telefones grampeados; solicitação de auditoria no processo de privatização da CRT; manipulação dos indicadores da empresa para atingir as metas impostas pela Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel); o não cumprimento do protocolo de compromisso da CRT com a Anatel, que estabelece o prazo de 90 dias para instalação de telefones.

Entre os encaminhamentos aprovados na Audiência, estão o envio de uma cópia da ata para o Ministério Público Estadual e para a Coordenadoria de Defesa Comunitária, e o envio de ofício à CRT, sobre o reenquadramento de funcionários. O deputado estadual Roque Grazziotin (PT), vice-presidente da CCDH, sugeriu que fosse impetrada uma Ação Civil Pública, com o objetivo de pressionar a realização de uma auditoria sobre a privatização da CRT e incentivar a mobilização civil, das entidades e usuários, pressionando o governo.

Foi enviado o ofício BPT nº 090/00, de 05 de outubro de 1999, assinado pelos deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), da bancada do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da bancada do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao presidente da Anatel, em Brasília. No documento, os legisladores pedem o posicionamento da Anatel em relação a composição da operadora, que irá controlar a CRT e, também, sobre os problemas discutidos na Audiência Pública.

A CCDH sugeriu a organização de um encontro para discutir, sob a responsabilidade da Comissão, incluindo deputados, entidades e sociedade civil, o que a sociedade deseja sobre a telefonia no Rio Grande do Sul.

... estabilidade
no emprego.





a insalubridade, a falta de ventilação, calor excessivo no setor de lavanderia e, ainda, infiltrações de água no alojamento dos servidores.

A CCDH enviou o ofício nº 1504/2000 ao gabinete do prefeito de Porto Alegre, solicitando informações e averiguação das irregularidades denunciadas pelos servidores do hospital. Até o fechamento do “Relatório Azul”, a CCDH não recebeu resposta em relação ao pedido de informações.

... como
forma de
repreensão.

Demissão sem verbas rescisórias

demitindo
funcionários...

A CCDH recebeu, no dia 7 de dezembro de 1999, uma denúncia, encaminhada pela Federação de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, relatando que a Prefeitura de Ijuí estava demitindo funcionários sem o pagamento dos direitos trabalhistas, inclusive dirigentes sindicais. A Federação denunciou, ainda, que a prefeitura estaria adotando o estranho procedimento de pagar as verbas rescisórias completas somente para alguns funcionários e, a outros, apenas parte das verbas, havendo casos de funcionários demitidos sem receber nenhum direito rescisório, previsto pela legislação trabalhista.

A CCDH oficiou, através dos ofícios nº 2193/1999, 2194, 2195 e 2196, a Câmara dos Vereadores de Ijuí, a Delegacia Regional do Trabalho, a Procuradoria Regional do Trabalho e a Coordenação das Federações de Trabalhadores de Ijuí. A Câmara de Vereadores de Ijuí respondeu ao documento da CCDH, informando que a situação dos servidores estava sendo regularizada, inclusive com a reintegração dos funcionários demitidos.

... sem o
pagamento dos
direitos
trabalhistas.

Demissão por “justa causa”

sofreu acidente
de trabalho.

No dia 22 de julho de 1999, a CCDH recebeu a denúncia de V.A., que relatou sofrer discriminação e maus-tratos na empresa de artefatos plásticos em que trabalhava. Segundo V.A, em julho de 1997, sofreu acidente de trabalho, necessitando de uma intervenção cirúrgica. Em decorrência do acidente, o denunciante ficou oito meses afastado da empresa e, mais tarde, seu estado de saúde se agravou por sentir-se deprimido, devido a situação de desrespeito sofrido na empresa. Em abril de 1999, V.A. sofreu um derrame cerebral e foi hospitalizado. Sem familiares em Porto Alegre, ele telefonou para a empresa, avisando o ocorrido. Por estar hospitalizado, V.A. não deu andamento aos papéis para o seu pedido de afastamento, e foi demitido por “justa causa” por abandono de serviço. V.A. ficou sem receber seus direitos trabalhistas.

A CCDH enviou o ofício nº 2508/1999 à Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS), solicitando a averiguação e a imediata resolução da situação do denunciante. Até o fechamento do “Relatório Azul”, a CCDH não recebeu resposta da DRT.

foi demitido
por “justa
causa” por
abandono de
serviço.

Direito ao trabalho

anos de trabalho adquiriram estas doenças incuráveis (por prestarem longo período de trabalho na digitação e datilografia) e agora, totalmente inválidos, estavam sendo demitidos e por consequência se encontravam sem a mínima perspectiva de conseguir novos empregos. O tratamento feito pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) é precário. O Sindicato alegava que os médicos responsáveis pelas perícias tratavam com desrespeito os trabalhadores, duvidando da existência da doença, como se estivessem apenas procurando uma maneira de ficarem afastados do trabalho, por conta do INSS. Foi denunciado também que, no retorno dos funcionários ao Banco, os mesmos eram remanejados para funções que comprometiam o tratamento médico, como a organização de arquivos em salas insalubres, com gavetas pesadas e carregando caixas, etc. Estes funcionários denunciaram a discriminação e o desrespeito do seu direito de exercer o seu trabalho, com dignidade e respeito de limites, principalmente a saúde.

Ao final da Audiência, foi aprovado que as denúncias deveriam ser encaminhadas ao Ministério Público (MP) para o ajuizamento de uma Ação Civil Pública; a solicitação de esclarecimentos, ao INSS, sobre o encaminhamento da CAT e sobre a postura discriminatória quanto às doenças profissionais; que a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre acionasse o Banco pelo descumprimento do Código Municipal de Saúde e que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) fiscalizasse a realização dos exames médicos periódicos, exigindo o exame demissional.

A CCDH enviou o ofício nº 2856/1999 ao INSS, solicitando providências diante dos fatos, e encaminhou, também, através de ofício nº 2690/1999, um relatório ao Banco Bozzano Simonsen, com as denúncias para conhecimento.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre ingressou com a Ação Civil Pública, pedindo a tutela antecipada contra o Banco Meridional do Brasil S/A. A tutela antecipada foi concedida, com o objetivo de, liminarmente, obrigar o Banco a expedir a competente CAT, nas hipóteses do empregado ser portador de LER e DORT e, ainda, que submeta a exames médicos todos os empregados em vias de processo demissional.

O Meridional respondeu à CCDH, sobre os fatos questionados, enviando cópia do estudo feito pelo Sindicato dos Bancários.

agora,
totalmente
inválidos,
estão sendo
demitidos.

Autoritarismo e irregularidades no hospital de Porto Alegre

fechada dentro
de uma sala,
sem
alimentação...

No dia 13 de abril de 2000, a CCDH recebeu a denúncia, encaminhada pelo Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), de práticas arbitrárias adotadas pela chefe do setor de Nutrição de um hospital de Porto Alegre, que obrigou a funcionária M.C. a ficar por dez horas consecutivas fechada dentro de uma sala, sem alimentação, como forma de repreensão. M.C., servidora há 13 anos, foi punida porque reclamou que não foi avisada do telefonema que seu filho teria feito a ela em caráter de urgência. Outras irregularidades foram denunciadas pelo Simpa, com relação aos servidores lotados neste hospital, que têm sofrido com





metropolitana de Porto Alegre, este percentual correspondia a 330 mil pessoas. Este índice chegou a 25% na população jovem (15 a 24 anos). Ou seja, um em cada quatro jovens estava sem possibilidade de trabalhar no momento mais importante da sua vida profissional.

Precarização: A aplicação de princípios liberais de desregulamentação do mercado de trabalho permitiu que as empresas ampliassem a rotatividade da mão de obra e utilizassem estratégias de subcontratação e de terceirização de tarefas e produtos. O resultado foi o aumento dos contratos provisórios e da utilização de mão de obra sem carteira assinada. Proliferam desde o início dos anos 90 inúmeras e nefastas formas de trabalho precário, por conta própria, informal, etc. Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) revela que nas regiões metropolitanas, entre 1990 e 2000, o trabalho sem registro ou contrato aumentou 100% e o trabalho precário por conta própria 150%. De modo geral, estas situações precárias proporcionam rendimentos igualmente irregulares e abaixo do nível de subsistência.

Em resumo, a evolução do quadro econômico e do mercado de trabalho intensificou a situação de vulnerabilidade da massa trabalhadora. As categorias estáveis continuaram a ter ganhos salariais em descenso e os demais trabalhadores estiveram sujeitos ao desemprego ou à precarização. O empobrecimento relativo e absoluto de grande parte da população está na origem de outros problemas configurando um quadro de regressão social.⁴

Violação de direitos trabalhistas

Banco não cumpre direitos trabalhistas

Os funcionários estavam sendo dispensados sem o exame demissional.

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul recebeu uma denúncia do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, apontando graves violações em que o Banco Bozzano Simonsen (hoje Santander Meridional) vem praticando contra seus funcionários. O fato mais grave refere-se à pressão psicológica e ameaças de demissão a seus funcionários desde a privatização do Banco. Em 22 de setembro de 1999, a CCDH realizou uma Audiência Pública, solicitada pelo Sindicato dos Bancários, para tratar do tema: violação dos direitos dos trabalhadores no Banco Bozzano Simonsen. Este Banco, segundo a denúncia do Sindicato, não vinha cumprindo a legislação trabalhista, em relação à saúde e segurança. Também não permitia a entrada dos sindicalistas em alguns setores do Banco e a participação nas ações de vigilância. Foram chamados vários segmentos da sociedade civil para participar desta Audiência, órgãos dos governos estadual e municipal e vários representantes de órgãos trabalhistas e de saúde do trabalhador.

Os funcionários estavam sendo dispensados sem o exame demissional e o Banco não fornecia a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) para os portadores de doenças profissionais como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (Dort). Funcionários com muitos

⁴ Jornal Folha de São Paulo – caderno especial Qualidade de Vida: o ranking do IDH, 29 de junho de 2000; Informe PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, Ano 9, n.º especial – janeiro de 2000; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Mensal de Emprego – julho de 2000; MATTOSO, Jorge – O Brasil desempregado. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1999; POCHMANN, Márcio – O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo, Contexto, 1999.

“Trabalho e desigualdade social

Antonio David Cattani ³

No ano de 2000 foram divulgados vários indicadores sobre desenvolvimento humano, qualidade de vida, distribuição de renda, etc. confirmando a continuidade do processo de degradação social de grande parte da população brasileira. As tabulações dos dados de agências internacionais e de órgãos oficiais brasileiros registram o que é observado cotidianamente no campo e nas cidades: a permanência e, mais freqüentemente, o crescimento da desigualdade social, o contraste flagrante entre uma minoria milionária e a massa empobrecida.

O principal indicador da qualidade de vida é o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este índice leva em consideração a expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização de adultos, a matrícula combinada nos três níveis de ensino (primário, secundário e universitário), e a renda per capita. O Brasil ocupava em 1998 (último ano disponível), a 74ª posição. Devido ao agravamento da situação econômica em 1999, o país deve ter evoluído ainda mais negativamente. Ou seja, entre as grandes potências econômicas, o Brasil tem o pior índice do planeta.

O mesmo recorde é registrado no que concerne à desigualdade econômica. Há 20 anos o desequilíbrio entre ricos e pobres permanece inalterado: os 50% mais pobres recebem menos que os 1% mais ricos. Atualmente o Brasil possui 50 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes, estes últimos considerados como refratários às políticas de promoção social. Em outras palavras, definitivamente excluídos da esfera econômica e social. Enquanto estes vivem em condições sub-humanas, uma elite de menos de 1% da população concentra e usufrui de mais de 14% de toda riqueza nacional.

Outros indicadores confirmam este quadro: 90ª posição no ranking de alfabetização de adultos, 58ª posição na renda per capita, 125ª posição considerando as condições de saúde.

O que é o mais grave, além de quantificar o triste quadro da realidade brasileira, estas informações apontam tendências, todas elas no sentido de uma piora na situação social. O governo federal vem desenvolvendo inúmeros programas para minorar estes problemas mas, em nenhum caso, para eliminá-los. De modo geral, tratam-se de paliativos para impedir um desastre social de grandes proporções.

Neste texto sintético será destacado o que pode ser considerado como o processo gerador das situações econômicas que reproduzem e ampliam a desigualdade e a injustiça sociais. Este processo está em curso no país inteiro e, portanto, manifesta-se com igual virulência em nosso estado. O processo articula-se em torno de três situações básicas: baixos salários, desemprego alto e crescimento da precarização.

Salários: Grande parte da população tem nos salários a principal ou a única fonte de rendimentos. Como aponta Márcio Pochmann (1999), os salários pagos no Brasil estão entre os menores do mundo e os mais desiguais. Não bastasse isso, eles vêm sendo reduzidos de maneira acelerada, em especial, nos últimos cinco anos, em decorrência do Plano Real. O custo unitário da mão de obra na indústria medido em dólar, equivalente a 100, em 1990, baixou para 59 em 1999. Ou seja, uma queda de 40%. Apesar do aumento da produtividade, o rendimento médio dos trabalhadores vem caindo ano após ano em todos os setores produtivos. Em 1999 e 2000, o salário mínimo que é pago para 1/3 dos trabalhadores é o menor da história brasileira (Mattoso, 1999). Como não poderia deixar de ser, a parte dos lucros no Produto Interno Bruto aumentou 25% em dez anos. Em resumo, os trabalhadores têm trabalhado mais e melhor e ficado mais pobres.

Desemprego: A retração do Estado na esfera produtiva associada à reestruturação produtiva no quadro da globalização provocou uma nova dinâmica econômica e alterações profundas na organização das empresas levando ao enfraquecimento do mercado interno. O resultado foi o aumento brutal do desemprego (multiplicado por três em comparação às décadas anteriores a 1990. Nas regiões metropolitanas, em 1999, 18% em média da população economicamente ativa estava desempregada. No caso da região

³ Sociólogo, e professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.





Trabalho e Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, e assinada pelo Brasil, em seu primeiro artigo salienta que o “reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

Todo o trabalhador tem direitos e liberdades proclamados através da “Declaração Universal” como um ideal a ser atingido por todos os povos e nações que integram a Assembléia Geral das Nações Unidas. De acordo com a Declaração: “todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito à igual remuneração por igual trabalho. Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses. Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas. Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”¹.

O trabalho é a forma que o cidadão tem para constituir dignamente a sua vida e a de sua família. Trabalhadores que nunca tiveram acesso aos direitos constitucionais, são assegurados, entre outros, pelos incisos I, II, III e LIV, do art. 5º da Constituição Federal², que reproduzem as disposições contidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, convivem com a exclusão social, que a falta do trabalho pode acarretar a si e a sua família. Não é justo que, por falta de uma política social voltada para o trabalhador, a família seja obrigada a viver da caridade dos meios sociais.

Não são pequenas, nem novas, as propostas de fundos para exterminar com a pobreza, propondo erradicá-la no país e resolver a falta de emprego. Para acabar com a pobreza no Brasil, mais do que planos, é necessário a implementação das políticas sociais e cumprimento dos compromissos internacionais, assumidos pelo país, na área de Direitos Humanos e trabalho, que têm o objetivo de proporcionar trabalho digno e suficiente para o sustento do trabalhador e de sua família.

¹ Tudo sobre Direitos do Empregado - F.W. Araújo Rio de Janeiro 1973.

² I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

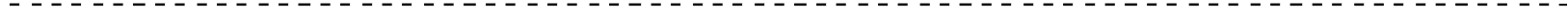
II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.



Relatório Azul 1999 / 2000





"O desemprego soa como um castigo do capitalismo (...), ao ver que para além da exploração dos homens havia algo ainda maior: a ausência de exploração."

Viviane Forrester



Relatório Azul 1999 / 2000

